

CÓDIGO DE ÉTICA E MERCADO

Prof. Dr. Antônio Lopes de Sá
Presidente da Academia Brasileira de Ciências Contábeis

(Conferência realizada no Estado do Rio de Janeiro)

CONQUISTA DO MERCADO DE TRABALHO

A conquista do mercado de trabalho é uma aspiração e ao mesmo tempo uma necessidade para o profissional.

Seja qual for o ramo de atividade são fatores para que o sucesso ocorra, a existência, a um só tempo, de três desempenhos eficazes nas áreas de:

***QUALIDADE
PREÇO e
MOTIVAÇÃO***

Tudo se inicia, entretanto, com uma capacidade que enseja a ocorrência de todos esses elementos, porque deve ser buscada dentro de cada um de nós. Tal força é a da *concentração*.

CONCENTRAÇÃO COMO FORÇA INTERNA

O conceito de “*concentração*” varia de acordo com a matéria que se tem por objeto tratar.

Desta forma, tal termo é aplicado em vários ramos, ao sabor do interesse de cada um; na astronomia (referindo-se a galáxias), na química (relativo à saturação), no esporte (no que concerne à reunião de atletas), na física (alusivo à convergência de forças).

Perante a Ética, todavia, a “concentração” representa o poder de recolhimento intenso dentro de nós mesmos, a mais viva atenção, quer própria, quer em favor de nossos semelhantes, a aplicação exclusiva para com uma tarefa.

A *reflexão*, uma das propriedades essenciais do espírito, exige que nos *concentremos* quando empreendemos a busca de indagações, respostas a dúvidas que possuímos, ações futuras que desejamos empreender, ideais que alimentamos e projetos que aceitamos desenvolver.

Tal esforço é o que nos leva a encontrar a parcela da Inteligência Superior que se acha impregnada em nós, como energia vital e cósmica.

Concentração é a convergência de nossa energia para o núcleo, para a essência que existe em nós e que é competente para identificar-se com as demais forças cósmicas a partir da nossa própria.

Diante de problemas, de encargos de alta responsabilidade, é importante, pois, evitar tudo o que seja dispersivo, ou seja, não devemos fugir, mas, sim enfrentar com serenidade e confiança todos os desafios que a cada momento surgem.

Cada coisa, de cada vez, é o método que deve inspirar-nos na densa força que devemos empregar para resolver nossos problemas.

Portanto, quem começa muitas coisas ao mesmo tempo corre o risco de não realizar nenhuma delas ou de fazê-las todas imperfeitas.

Diante de uma responsabilidade que assumimos é necessário que se dê a ela uma aplicação competente e isto exige, também, uma dedicação intensa.

Do aprendizado até a prática da vida torna-se exigível uma densa atenção.

Se nos empenharmos em ser melhores em tudo o que fizermos a nossa imagem será sempre a da perfeição, de um modelo a ser seguido.

Se admitirmos que somos capazes de praticar o que for melhor não nos permitiremos e nem nos contentaremos com a mediocridade.

Os estudiosos das forças mentais proclamam que *a força do pensamento realiza milagres*, mas, também afirmam que tudo depende de um estado de “concentração” permanente, admitindo-se o ideal como algo já realizado, ou seja, como se a coisa que almejamos já estivesse acontecendo.

Era eu criança, mal aprendera a escrever quando me imaginei um escritor.

Assim pensando produzi alguns livrinhos de história quando ainda estava na escola elementar que frequentei, o Grupo Escolar Olegário Maciel, em Belo Horizonte.

No Ginásio Mineiro, onde estudei, redigi um Jornal que era todo datilografado, juntamente com meu colega de classe Guilherme Apgáua Paulo Guilherme (que se tornou mais tarde um famoso jornalista).

Como eu não tinha recursos, valia-me de um empréstimo que me fazia meu tio Rafael Grimaldi, cedendo-me seu escritório, em uma oficina de niquelagem e cromagem (máquina de escrever, papel almaço etc.).

Aos dezoito anos escrevi meu primeiro artigo, valendo-me da oportunidade que o industrial Emiliano Cavazzotto, um saudoso amigo, deu-me, para editá-lo em Novo Hamburgo, no Rio Grande do Sul em um pequeno jornal.

A matéria versou sobre o Vale do Rio Doce e a cidade de Governador Valadares.

Em 1950 já tinha eu uma coluna no Diário do Comércio, de Belo Horizonte e ela foi a base para que o professor Armando Aloe, emérito escritor e redator da revista Paulista de Contabilidade me ensinasse a edição de um primeiro artigo técnico em uma Revista da especialidade contábil.

Esse foi o início de uma série de mais de 13.000 artigos que editaria no Brasil e em vários países.

Nunca duvidei que pudesse ser assim e sempre imaginei que desta forma o seria, mas, jamais deixei escapar a oportunidade que me aparecia em decorrência da força com que pretendia o sucesso no campo intelectual.

Com experiência própria, portanto, posso afirmar sobre o *valor do ideal, do pensamento dirigido* e da “*concentração*” firme no que se pretende, como fatores de êxito na materialização do que representa uma proposta de vida.

Tudo o que iniciei em matéria literária eu sempre concluí, porque em tudo me “*concentrei*” impondo-me o dever de levar até a plena execução o que na mente idealizei.

Tal atitude, todavia, pode ser assumida por qualquer pessoa, desde que se disponha a uma “concentração” no que pretende.

Assim, por exemplo, Maomé II (sultão de 1.451 a 1.481), desde menino, concentrou-se mentalmente, imaginando com firmeza conseguir ser o conquistador da inexpugnável Constantinopla.

Quando imaginou o seu ideal não dispunha ainda de forças e nem de meios para tão relevante façanha.

Ninguém ousava transpor as poderosas muralhas daquela cidade.

Por mais que pudesse parecer impossível a terceiros, todavia, tal o poder de “concentração” empregado em seu ideal, que com apenas 23 anos o dirigente otomano conseguiu ousadamente a sua façanha, fazendo cair a capital romana do oriente, em 1453 da era cristã.

Tanto confiou Maomé II no poder da mente que de fato terminou por materializar o que pretendeu desde a tenra idade.

Igualmente Aníbal Barca (247 – 182, antes de Cristo), de Cartago, desde os dez anos jurou combater os romanos e, com obstinado esforço, concentrado em seu propósito, vitórias sobre os poderosos adversários deveras as conseguiu (em Tessino, Trébia e Trassimeno).

Somente perdeu a guerra quando vacilou na determinação, superestimando o inimigo, cometendo o erro de buscar aliados, quando sozinho poderia ter dominado Roma.

Mentalmente, esse general já estava convicto de seus propósitos, e, ainda menino, aos 9 anos apenas, já acompanhava seu pai, Amílcar, em batalhas de conquistas na península ibérica.

Outro exemplo de determinação e **confiança** é o de Paganini (1782 – 1840), compositor e virtuoso artista italiano, quando firmou sua idéia em ser o maior violinista do mundo em sua época, o que deveras veio a ocorrer.

Chegava a apresenta-se como: “Niccollo Paganini, o maior violinista do mundo”.

Não creio, todavia, que para concentrar-se em grandes ideais se deva menosprezar a terceiros, julgando-se superior a todos, mas, admiro a convicção dos que se concentram em grandes coisas.

Não se trata de ter orgulho, mas, uma humildade consciente, uma segurança competente na própria força.

A altivez não está em sentir-se como o maior de todos, mas, em praticar coisas de magnitude, visando a essência do exercício desta como a verdadeira grandeza .

O êxito costuma ter o tamanho da pretensão quando esta, sendo grandiosa, é também admitida como factível.

Reunir todas as nossas forças internas para crer firmemente em nós mesmos, no sucesso do almejado, é ponto de partida para o êxito.

Tal atitude de “**concentração**” deve transformar-se em uma exigência que fazemos a nós mesmos se desejarmos realizar coisas de maior expressão.

O comportamento concentrador exige, todavia, uma disciplina que se inicia com a fixação de um pensamento, com a firme manutenção do mesmo, de forma constante e obstinada, sem permitir que a dúvida se infiltre e venha a debilitar a convicção.

Nunca, todavia, devemos confundir um ideal com uma fantasia mental, pois, efetivamente não são a mesma coisa.

Entre as ilusões e as realidades existem fronteiras definidas.

Nossas metas devem ser possíveis, ainda que aparentemente difíceis aos olhos de todos e devemos estar sempre alerta para agir quando ocorrer a oportunidade.

A “concentração” implica em reunião de forças para se conseguir ou executar algo factível, mas exige que também estejamos dispostos a lutar para fazê-las efetivas.

O tempo pode não nos permitir uma realização imediata, mas, certamente permitirá que ocorra, se agirmos na conformidade das chances que aparecem e que as tomamos como oportunidades.

Todos transmitimos energias e elas possuem ação sobre as pessoas e o próprio ambiente que nos cerca.

A tal poder Platão caracterizou como sendo a “**alma**” (no sentido de energia) das coisas; em sua obra “Timeu”, chegou a admitir que tal “alma” existisse em qualquer ambiente, até em cidades, como, também, no próprio planeta.

O caminho do êxito se constitui de fatores básicos e que são especialmente os de nosso aperfeiçoamento físico, mental, espiritual e ético.

Não será possível, todavia, evoluir se não compreendermos que o valor do poder de nossos pensamentos é a força vital que provem de uma Inteligência Superior.

Se não nos concentrarmos para que tais forças sejam exercidas não se tornarão factíveis as transformações competentes para nos favorecer.

Nunca é demasiado lembrar, todavia, que tudo o que de mal mentalizamos, se materializado, termina por voltar contra nós mesmos.

As realizações que se afastam da virtude, são sementeiras de males que contra nós mesmos plantamos.

O profissional da Contabilidade deve estar a serviço da prosperidade, mas, desde que esta não se afaste de um valor de humanidade, de um poder competente para respeitar o homem.

Por mais poderosa que seja a riqueza ela não consegue para sempre se alicerçar no mal.

A ciência contábil, como conhecimento racional da riqueza, tem compromissos não só com a satisfação das necessidades das células sociais, mas, também, para com a humanidade, e, esta, a filosofia maior do Neopatrimonialismo.

QUALIDADE DO SERVIÇO PROFISSIONAL

Para que um serviço tenha qualidade precisa alavancar-se em:

**AMOR
CONHECIMENTO
AÇÃO e
REFLEXÃO**

Tais propriedades são aquelas do espírito, as que alimentadas pela força interna da concentração permitem o sucesso.

Representa, tal conjunto, um sistema para a qualidade.

É preciso o exercício de *todas* essas coisas.

A qualidade nos permite ser destacado, ou seja, permite-nos fazer algo sempre melhor que a maioria.

Sem qualidade não se pode vencer, porque não se pode alcançar a eficácia.

A capacidade natural para a conquista do mercado de trabalho exige o pleno exercício do conjunto de elementos positivos aos quais nos referimos.

Trata-se de uma visão essencial de elementos que podem produzir os efeitos de eficácia profissional, ou seja, o verdadeiro sentido de qualidade que Locke atribuiu às coisas (Ensaio, II, 8, 10).

AMOR AO TRABALHO E AO DESEMPENHO PROFISSIONAL

Quem não ama o que faz, nem sabe porque se faz, omite-se perante a missão que tem na vida.

Tudo o que fazemos necessita de “entusiasmo intelectual ou natural”, nascido do amor a nós, ao que realizamos, ao que nos cerca.

Não raro pronunciamos as palavras sem conhecer a origem delas, apenas porque as aprendemos a usar com um determinado significado.

A expressão “entusiasmo” é uma delas; origina-se do idioma grego tendo sido gerada para expressar “o encontro com o Deus que possuímos dentro de nós mesmos” (Teo em grego é Deus) e que “se gera de uma inspiração divina”.

No tempo da antiga Grécia a palavra representava a idéia sobre o estado de arrebatamento extraordinário daqueles que estavam sob “inspiração divina”, como as “sibilas” e que eram sacerdotisas que faziam previsões, consultando aos oráculos (que levou Giordano Bruno a distinguir as classes de tal sentimento).

Ou seja, uma espécie de uma prática de “transe” que levava a uma “exaltação” e que produzia a certeza de que alguém estivesse possuído pelo bem e pela verdade.

Platão (428 – 347 antes de Cristo), sobre essa concepção, afirmou que tal arte de adivinhar por transes não fazia conhecer coisa alguma e por isso não poderia ser considerada como um dom.

No Neoplatonismo a forma de entender mudou e Plotino (205 – 270 da era cristã) o concebeu como um meio de alcançar o estado final da visão perfeita através do êxtase.

Seja como for a origem da palavra tem a ver com o desejo do alcance de um estado especial, competente para conduzir a uma visão sobre algo além do comum e que pode ensejar uma diretriz.

Muitos homens ilustres acreditaram em tais estados, como Dario I, o Grande (558 – 486 antes de Cristo), Alexandre Magno (356 – 323 antes de Cristo), e tantos outros; algumas predições chegaram a mudar até o rumo da história.

Alguns pensadores, como Giordano Bruno (1548 – 1600 da era cristã), consideraram o “entusiasmo” (que esse o denominou de “furor heróico”) como a parte central da filosofia, porém, sob dois aspectos, ou seja um de natureza religiosa e outro de cunho “intelectual” ou “natural”.

Aos poucos, todavia, as coisas foram-se modificando e John Locke (1632 – 1704 da era cristã), em seus “Ensaio”, já não considerou a matéria nem como revelação divina e nem como fruto da razão, mas, sim, como uma mera “presunção de infalibilidade” (no que com ele concordam outros pensadores como Leibniz).

Voltaire (1694 – 1778 da era cristã), dentro de sua forma irreverente de pensar, afirmou que o “entusiasmo” “é sobretudo a herança da devoção mal entendida”.

Entendo, todavia, como o moderno pensador alemão Karl Jaspers (1883 – 1969 da era cristã) que: “Na atitude entusiástica o homem se sente tocado na sua mais íntima substância, na sua essencialidade”.

Admito o “entusiasmo” como uma convicção vigorosamente positiva, algo que de veras parte de dentro de nós como uma energia extraída de nosso íntimo e que nos leva a amar, a crer efusivamente no que sentimos ou observamos, com a capacidade, inclusive, de influenciar a terceiros.

Tal manifestação quando virtuosa é sempre benéfica e contribui para o êxito na vida; quando, todavia, o for sobre algo vicioso, naturalmente, tenderá a resultar em mal e, portanto, prejudicará.

Não podemos negar que a busca da força interna para realizar algo ou obter o que se pretende é algo imprescindível para o sucesso, mas, também, é verdade que algumas coisas, mesmo sem que as procuremos, quando sentidas ou observadas provocam uma euforia, uma atração vigorosa.

O desapontamento, a desilusão, o arrefecimento, são pensamentos opostos ao “entusiasmo” e conforme a situação, a circunstância em que ocorrem, podem ser altamente negativos à nossa existência e também à de terceiros.

O estado de alegria que nos traz a crença no que fazemos ou no que dizemos nos traz felicidade.

Podemos, até temporariamente ser vítimas de incompreensão ou de injustiças a respeito de nossos atos, mas, a disposição firme em crer vigorosamente, supre o mal estar que nos possa causar tais coisas.

Viver “entusiasticamente” é viver intensamente.

Como *a felicidade é um estado a conquistar* e que tem o sabor subjetivo da ótica de como cada um sente o “bem” ou o “mal” (assim o afirmou Renato Descartes, em sua obra de 1646, “As paixões da alma”), também a situação de “entusiasmo” pode ter diversos efeitos.

A mesma coisa que entusiasma a uma pessoa pode não entusiasmar a outra. Não é o fato, pois, mas, a condição interna de conviver com o mesmo que pode ditar o estado de espírito.

Podemos demonstrar “eloquência” externamente e não possuímos “entusiasmo” internamente, mas, tende a ser sempre eloqüente quem se entusiasma.

A sinceridade para conosco, para com terceiros, todavia, depende da associação desses estados, ou seja, de fazer coincidir o que externamos com aquilo que intimamente sentimos.

Se todos pudessem compreender o quanto representa para o sucesso na vida o estado de espírito impregnado de “entusiasmo”, certamente nunca deixariam de buscar possuí-lo.

Não basta crer, não é possível apenas imaginar que se ama, mas, é preciso que o façamos *efusivamente*, com o uso de ***toda a energia*** que nos foi doada e concedida para ser utilizada em nosso favor e naquele de outras pessoas.

TRÊS GRANDES AMORES

De um trinômio se constitui o amor em nossa profissão contábil, quando em amplitude virtuosa nos dispomos a ser úteis, ou sejam, os amores:

**À PÁTRIA
À CIÊNCIA e
À CONTABILIDADE**

A pátria é o *destino* cósmico.

A ciência é o compromisso com a *verdade*.

A Contabilidade a nossa *missão* social.

Essa a filosofia abraçada pelos adeptos da primeira e mais forte corrente de pensamento científico da Contabilidade no Brasil – o Neopatrimonialismo.

A PÁTRIA COMO RESPONSABILIDADE

Patriotismo é dever e não xenofobia; não nascemos em um planeta, mas, em um ***determinado lugar do planeta*** e em tal espaço devemos nossa ***missão*** cumprir.

Podemos e devemos respeitar a todos os povos, mas, nosso dever perante o destino é aquele ditado pelo espaço em que fomos colocados por uma inteligência divina, maior que a nossa.

Não escolhemos onde nascer, mas, somos destinados a cumprir nossas missões em determinados lugares.

Há uma inequívoca hierarquia de valores no campo do amor.

Existem coisas que as podemos considerar acima de nós mesmos, amando-as de tal forma que as concebemos como superiores a tudo.

Outras, as nivelamos, ou seja, as amamos tanto quanto a nós.

E ainda outras, a elas dedicamos amor, mas, nunca superior ao interesse que defendemos em nosso próprio favor.

Em nível superior estão as devoções, as paixões.

No mesmo plano, as amizades.

Abaixo de nós apenas, as estimas.

Assim se estabelecem as *hierarquias da alma*, desta forma as entendeu Renato Descartes e também as escalonou, há cerca de 2.000 anos, o grande pensador romano Marco Túlio Cícero.

Se não nos amamos, dificilmente poderemos ter condições de amar a outras pessoas e de por elas ser verdadeiramente amado.

Existem, todavia, limites a serem respeitados.

O *extremismo é um mal*, um péssimo conselheiro em matéria de sentimentos.

O êxito de nossa conduta exige moderação em todas as coisas e esta um equilíbrio que se fundamenta no respeito a tudo o que nos cerca.

Os deveres éticos exigem de nossa parte um comportamento de amor, mas, também, de um controle emocional que faça da benevolência algo que não possa transformar-se em um erro.

Como ocorre com as coisas naturais, o açúcar pode fermentar e tornar-se acre e também o bem praticado, sem racionalidade, pode transformar-se em algo negativo.

Da mesma forma, do suco de uma fruta ácida podemos fazer algo agradável ao adicionar o açúcar, ou seja, por exemplo, de um limão produzir uma limonada. A relatividade, pois, é uma grande lei e é a própria natureza que assim a sugere.

O amor que dedicamos a alguém, a alguma coisa, se não for exercido de forma racional, pode transformar-se em um mal.

Dentre os muitos amores, um deles, pela sua expressão, assume relevância e refere-se ao lugar onde nascemos e vivemos, onde nossas gerações tenderão a existir.

A pátria, a nação, é um dever ético, algo que exige um amor racional, mas, também, muitas vezes, um sacrifício além de nosso ser.

Muitos foram os seres que pereceram na defesa de suas pátrias, embora nem sempre as causas que pensaram abraçar fossem as justas.

Desde que se formou a consciência de povo, também se estabeleceu aquela de defesa de algo comum.

Pena foi, como ainda o é, que a exploração de tão digno sentimento possa ser algumas vezes instrumento de especulação por inescrupulosos.

A filosofia política sempre explorou, em cada época, esse sentimento, ao feito de ambições diversas, fazendo a pátria mais de um negócio que uma intenção benévola.

Partindo do princípio de que a vontade comum deve ser maior que a do indivíduo construiu-se, por exemplo, no século XVIII uma forma de idealismo acentuado que produziu revoluções e muitas mortes, que alimentou virtudes e também vícios.

O tema “povo” foi e ainda é fartamente explorado por interessados em deter o poder.

A alegação de “pátria”, por muitas vezes, serviu e ainda serve para alimentar ambições de grupos e indivíduos que se nutrem da boa fé de majorias para a defesa de suas ambições particulares.

Os ideais cosmopolitas, todavia, em realidade, se tomados em suas essências, possuem uma racionalidade profunda que exige consciência ética.

Território, raça, tradições, religião, idioma, bandeira, hino, símbolos, ícones nacionais são elementos que inspiram acatamento.

O respeito às raízes, a aspiração de bem estar e futuro de uma nação é dever de cada cidadão.

Embora sem o ódio, sem prevenção e discriminação a outros povos, necessário é que cada nação tenha a sua própria personalidade.

O fanatismo é sempre nocivo, mas, o “entreguismo”, a felonía, é algo indigno. A relatividade é uma grande conselheira nessa questão.

Em sua linha ponderada, visando a um meio termo, escreveu Rousseau, em 1770, a pedido dos nacionalistas poloneses : “São as instituições nacionais que formam o gênio, o caráter, os gostos e os hábitos de um povo, que o fazem ser ele e não outro, que lhe inspiram aquele ardente amor de pátria fundamentando sobre hábitos impossíveis de serem extirpados, que o fazem morrer de tédio perto de outros povos, em meio a delícias das quais está privado em seu país.” (Considérations sur le gouvernement de Pologne, III).

A França, daquela época (embora Rousseau não fosse francês, e, sim, suíço, nascido em Genebra), consolidou uma tradição que se cristalizaria, na época pos-napoleônica, em um nacionalismo considerado como um valor humano e social.

Também, no início do século XIX, em seus “Discursos à nação alemã”, Fichte já havia colocado em níveis bem extremados o sentimento patriótico, exacerbando, pois, a emulação para as consciências nacionalistas.

Hegel, a seguir, em sua obra de Filosofia, também lecionou: “O espírito de um povo é um todo concreto; deve ser reconhecido em sua determinação”.

E a isto aduziu: “Ele se desenvolve em todas as ações em todas as direções de um povo e se realiza até chegar fruir e a compreender a si próprio”. “Suas manifestações são religião, ciência, arte, destinos, acontecimentos”.

Tais fundamentos são deveras preciosos para que uma nação se engrandeça e todas as que hoje se encontram entre as maiores potências alimentaram um patriotismo acendrado, como ainda o alimentam.

O fato, todavia, de defesa, respeito e devoção à pátria não justifica o ódio e nem a discriminação a outros povos.

A questão não está em ser exclusivista, mas, sim, em ter zelo pelo que o destino nos dá, sem promover o sacrifício ou o prejuízo alheio.

Tão vergonhosa é a submissão servil a outros povos como a aversão a esses.

A CIÊNCIA E A VERDADE

As observações ensejam conceitos, essas relações conceituais e proposições lógicas derivadas do raciocínio e tudo se completa com a teoria.

A ciência se constrói de teorias.

A consciência sobre tal condição, para glória nossa, se consubstancia em uma resolução do Primeiro Congresso Brasileiro de Contabilidade, ocorrido no Rio de Janeiro:

O Congresso de Contabilidade resolve:

“Proclamar a inseparabilidade da teoria e da prática no ensino da Contabilidade, pois, a simples prática não conferirá senão habilidades restritas e a teoria pura não permitirá a ampliação clara dos fenômenos contabilísticos; só a teoria unida à prática contábil conferirá capacidade para resolver acertadamente problemas novos e habilitará para o progressivo aperfeiçoamento dos conhecimentos contabilísticos”.

No dia 3 de julho de 1924 assinavam pelo Congresso tal resolução o seu Presidente Francisco de Avellar Figueira de Mello, Antônio Miguel Pinto, como relator e os luminares Paulo de Lyra Tavares e Carlos Domingues.

A comunhão, pois, de ciência e utilidade dela já era a máxima no Brasil, no campo contábil, há quase um século.

Trata-se de uma tenaz e inteligente perseguição ao conhecimento das causas dos fatos.

Objetivo da ciência é a verdade, a realidade.

A Contabilidade, como ciência, só objetiva a verdade.

Os que buscam caminhos apenas subjetivos, baseados em interesses próprios, não querem reconhecer tal evidência.

Por isto, fundamentando-se em “casos isolados”, segundo os interesses próprios, limitam a Contabilidade à informação.

Por isto procuram denegrir a teoria contábil.

Não teria acontecido essa vergonha que enluta a classe contábil mundial, ocorrida nos Estados Unidos, se as normas naquele país fossem baseadas nos estudos doutrinários, científicos.

Não se trata apenas, pois, de desonestidade, mas, de uma incompetente condução normativa, com ausência de metodologia científica.

Sobre isto há 30 anos venho advertindo e em 1977 o fez ostensivamente o Senado dos Estados Unidos em uma publicação específica (Accounting Establishment, editado pela imprensa oficial daquele país, com 1760 páginas).

O Senado enfatizou sobre a má qualidade do sistema contábil, mas, tudo caiu no esquecimento ou no anestesiamiento de grupos de grande poder.

Sobre a matéria publiquei recentemente um artigo evidenciando a diferença entre as situações da doutrina europeia e a do pragmatismo empírico dos norte-americanos (Boletim do IPAT, número 18, edição UNA, Belo Horizonte).

Faltou amor à ciência, faltou compromisso com a verdade na emissão dos FASB estadunidenses.

Sobre isto, em manifesto de 10 de julho de 2.002 pronunciou-se também a Academia Brasileira de Ciências Contábeis.

AMOR À CONTABILIDADE – ALGUNS QUE DEVERAS A AMARAM E OS QUE AINDA A AMAM, NO CAMPO DA CULTURA

No Brasil possuímos os que souberam amar a nossa pátria, a ciência e a Contabilidade, devotando suas vidas a isto.

Marcaram, de forma indelével a nossa história e nos deixaram como paradigmas as suas próprias vidas.

Muitos poderiam ser citados e entendo até que ao exemplificar sobre alguns eu cometa injustiça com muitos outros.

Evoco, todavia, os que, direta ou indiretamente, mais próximos a mim estiveram na grande missão cultural e que por esta razão melhor os pude julgar.

Dentre tais vultos nacionais merecem citações, como alguns exemplos: Carlos de Carvalho, Paulo Lyra Tavares, João Lyra, João Luiz dos Santos, Francisco D'Áuria, Armando Aloe, Alberto Almada Rodrigues, José Olavo Nascimento, Hilário Franco, Álvaro Porto Moitinho, Frederico Herrmann Júnior, José da

Costa Boucinhas, Iberê Gilson, Rogério Pfaltzgraff, Tolstoi Klein, Reinaldo de Souza Gonçalves, Mário Lorenzo Fernandez, Ovídio Paulo de Meneses Gil, Henrique Desjardin, Joaquim Monteiro de Carvalho, Milton Improtta, José Higino Pacheco Júnior, João Ferreira de Moraes Júnior, Cândido Mendes de Almeida, Antônio Miguel Pinto, Mário Esberard, José Lourenço de Miranda, Ivo Malhões de Oliveira, Geraldo Alves de Oliveira, Joaquim Monteiro de Carvalho, Milton Augusto Walter, Eduardo Foreis, Mário Lourenço Fernandez, estes, todos companheiros já falecidos e muito saudosos. Uma expressiva quantidade de líderes culturais, felizmente ainda vivos, prossegue essa marcha digna, dentre os quais, apenas para citar uns poucos exemplos, daqueles com os quais mais tenho convivido, encontramos nas lides literárias e culturais, com interesse pela produção científica: Olívio Koliver, Valério Nepomuceno, Josir Simeone Gomes, George S. Guerra Leone, Pedro Onofre Fernandes, Marco Antônio Amaral Pires, Carlos Alberto Serranegra, Cibilis da Rocha Viana, Ynel Alves de Camargo, George Guerra Leone, Flávio da Cruz, César Eduardo Stevens Kroetz, Ivam Ricardo Peleias, Alexandre Bossi, José Amado Nascimento, Walter Crispim da Silva, Fernando Nepomuceno, Olírica da Cunha Zardo, Píndaro Machado Sobrinho, Antoninho Marmo Trevisan, Silvio De Marco, Genival Ferreira, César Abicalaffe, João Lopes da Cruz neto, Dílson Cerqueira, Yumara Lúcia Vasconcelos, Hugo da Rocha Braga, Josir Simeone, Erly Arno Poisl, João Baptista de Almeida, Maria Elisabeth Pereira Kraemer, Werno Herckert, Paulo Roberto Santana, Haroldo Santos Filho, Edson Oliveira, Mariano Yoshitake, Maria Helena Drumond, José Mario Ribeiro da Costa, Ligia Pimenta, Gaitano Laertes Antonaccio, Ana Maria de Oliveira Rosa, Fernando Vilas Boas, Lindomar Fabro, José Mário Ribeiro da Costa, Diva Malhões de Oliveira Gesualdi, Alberto Franqueira Cabral, Paulo Roberto Sant'Anna, Raimundo Viana e muitos outros.

Tantos são os companheiros, tais os modelos de ética e conduta que difícil é enumerar a todos, tantos que são eles.

Os vultos referidos fizeram de suas vidas todo um culto à Contabilidade e souberam respeitar o trinômio: Pátria, Ciência, Contabilidade.

AMPLITUDE DO CONHECIMENTO

Como culto ao passado glorioso de nossos líderes vale, como introdução, reproduzir a respeito do assunto o que Cândido Mendes de Almeida escreveu em 10 de junho de 1924, em sua tese “Dos programas do ensino técnico”, apresentada ao Primeiro Congresso Brasileiro de Contabilidade, realizado no Rio de Janeiro:

“Só um contabilista aprimorado poderá com vantagem acautelar-se nas lutas econômicas e triunfar nas tremendas batalhas do intercâmbio mundial.”

“Conseqüentemente, a carreira do contabilismo culto com que se identifica o preparo intelectual, técnico e prático das ciências econômicas, carreira, portanto, destinada a organizar as milícias dos propugnadores e defensores do patrimônio material dos povos, base, pois, da sua riqueza bem conduzida, e enfim da garantia da felicidade pública, assentada na prosperidade das finanças nacionais e no bem estar dos indivíduos.”

As palavras do sábio Cândido Mendes de Almeida, arquitetadas há 80 anos, parecem, como ainda têm, plena atualidade.

É, sem dúvida alguma, a qualidade do serviço profissional, a que exige conhecimentos:

GERAL
TÉCNICO
CIENTÍFICO
ÉTICO

As transformações ocorridas a partir do século XVIII passaram a exigir do contabilista uma sensível ampliação de sua visão profissional, com maior rigor.

Tal vocação, em verdade já se encontra em obras antigas, ainda que forma tênue, mas, é visível até naquela de Luca Pacioli (na qual ele se refere a fatos que não são apenas os do limite da informação).

Como o patrimônio, objeto de estudos da Contabilidade, é algo que não se move por si mesmo, mas, sob a ação de agentes, é preciso conhecer sobre estes.

A compreensão do fenômeno patrimonial depende daquela dos fatores que atuam sobre a riqueza da célula social.

Fenômenos psíquicos, administrativos, sociais, econômicos, políticos, ecológicos etc. todos interessam conhecer porque todos determinam variações patrimoniais.

Não se trata de aprofundar no estudo, mas, pelo menos, conhecer sobre a natureza de tais fatos.

A um contabilista não compete o estudo da inflação, da depressão, do livre-câmbio, mas, não é possível desconhecer como esses ocorrem e especialmente saber que influências possuem sobre o patrimônio.

Não se preocupa o contabilista em estudar os reflexos condicionados na mente humana, mas, não pode desconhecer o que a ação de tais fatos determina quando atuam sobre a movimentação de uma riqueza.

Há uma área de vizinhança dos fenômenos externos ao patrimônio, mas, que o movimentam e que precisa ser considerada.

Só a cultura geral permite entender tais proximidades.

Com conhecimento de filosofia, história, constrói-se aquele científico e deste deflui o técnico.

A diligência, pois, que o nosso Código de Ética recomenda depende da posse de um conhecimento vigoroso, quer geral, quer especializado.

A DILIGÊNCIA QUE O CÓDIGO DE ÉTICA SUGERE

O que é bem feito requer aproveitamento do tempo, máximo empenho e preocupações com a utilidade e qualidade, de modo que o resultado da ação seja deveras eficaz.

“***Diligência***” é esse conjunto de requisitos comprometidos com uma perfeição no que fazemos.

Quanto maior é o esmero na tarefa e tanto maior conceito tende a adquirir quem a executa.

Almejar o “melhor” e não apenas o “bom” é atributo dos seres dignos, dos que se destacam pelo respeito a tudo o que fazem.

Tal responsabilidade para com a perfeição, com o útil, quer em atos, quer em palavras, é a que dá celebridade aos seres.

Ao contrário, a “negligência”, a despreocupação para com a qualidade do que realiza traz resultado nefasto, mais cedo ou mais tarde, a quem de tal forma se desrespeita.

Por mais insignificante que possa parecer um assunto ou mister é preciso entender que o efeito do mesmo sempre representará a pessoa causadora, mesmo na ausência desta.

Quem faz as coisas pela metade só pode ser julgado também de forma incompleta, como algo “mal acabado”, como um ser de categoria inferior.

É, pois, uma falta de respeito para conosco mesmo o fato de não empregarmos “diligência” no que executamos.

Uma obra imperfeita será sempre um atestado de incompetência.

Coisas defeituosas caracterizam a quem as praticou como um ser de qualidade inferior.

A “negligência” é um delito que atinge a quem a pratica e também perante terceiros (vitimados por confiarem na criatura errada).

Muitas pessoas perderam e ainda perderão a vida em decorrência de falta de “diligência” na conservação e manutenção de aviões, ônibus, teleféricos, comboios, embarcações.

Prejuízos enormes, incalculáveis, foram e ainda serão provocados por desatenção ou incapacidade de advogados na elaboração de contratos, petições e documentos.

Prédios, pontes e obras têm ruído e quem sabe quantas ainda desabarão em defluência da má qualidade de trabalho de engenheiros e chefes de obras.

Muitos pacientes falecem, outros muito sofrem e quantos ainda serão vítimas não sabemos, por incompetentes serviços médicos.

Defeitos em materiais e em produtos causaram e ainda causam danos por “negligência” de empregados e empresários.

Multas fiscais, falências, deficiências de provas, descontroles, prejuízos e outros problemas empresariais foram e ainda são causados por efeitos de falta de diligência de contabilistas e administradores.

Em todas as profissões, em todos os lugares onde é requerida uma ação humana, em quaisquer empreendimentos, ocorrem “falhas humanas” cometidas por incompetentes, irresponsáveis, especuladores e aventureiros.

Grande parte das tragédias, das perdas, dos sofrimentos, é fruto de “negligência”, de ausência de “diligência” na execução de serviços.

A falta de consciência, o compromisso para o que cumpre efetivar, é uma indignidade.

O trabalho dignifica o homem, mas, também, pode desqualificá-lo, tudo em razão do grau de mestria desempenhado.

Ninguém conseguirá realizar grandes empreendimentos se não objetivar fazê-los bem, com “diligência”.

Como as faltas cometidas por descuido, irresponsabilidade e outros fatores que destroem a “diligência” são de diversas naturezas, muitas são as atenções requeridas para que sejam evitados atos imperfeitos.

Há uma relação direta, pois, entre o que se produz e o caráter de cada pessoa, este que se manifesta de muitas formas, razão que muito deve merecer a atenção de todos.

Desde a minha infância trabalhei e estudei.

Tendo perdido meu pai aos três anos de idade e pertencendo a uma família pobre, não me foi possível ficar apenas por conta de estudos.

Um de meus primeiros empregos, quando ainda adolescente fazia a Faculdade, foi na Mesbla, no setor de automóveis.

Lembro-me, embora tanto tempo tenha passado, que junto ao relógio onde registrava meu cartão de presença, havia uma frase pintada na parede e que logo me chamou a atenção, onde estava escrito: “Repare, os que chegam atrasados são sempre os mesmos”.

Observando vi que o escrito tinha absoluta procedência.

A impontualidade é um dos defeitos de caráter, derivado de uma indisciplina da mente ou de séria deficiência educacional.

É uma das muitas formas de falta de “diligência”.

Outros, além de impontuais, habitam-se a fugir dos compromissos.

O “faltoso”, quando estudante, gazeteia; quando empregado, sempre descobre uma forma de não comparecer ao serviço, utilizando-se de mentiras como justificativas.

Quando autônomo, tal tipo de pessoa sempre deixa para a última hora as coisas que deve fazer, perde prazos, deixa de comparecer a compromissos, em suma, pouco se importa com o desempenho das responsabilidades que lhe é consignada.

A “diligência”, entretanto, abrange a tudo que se relaciona ao comportamento, ou seja, envolve a todas as formas de zelo para com as tarefas, quaisquer que sejam as naturezas destas, exigindo o respeito ao próprio ser como base de caráter.

Exemplos exuberantes de pessoas que se incumbiram com responsabilidade de tudo o que às mesmas foi confiado identificamos na vida de várias personalidades que ficaram na história como modelos.

Seres que não se contentam apenas em fazer bem as coisas, mas desejam, sim, “fazer o melhor” são os que encontram abertas as portas do sucesso.

A esse tipo humano nós todos devemos os progressos da civilização.

Assim, por exemplo, o uso do vidro para aumentar a visão foi utilizado durante milênios; na idade média já se usavam óculos.

Foi, entretanto, entre 1590 e 1609, que lidando com vidros, o holandês, Zacarias Janssen, buscando maior utilidade, “diligentemente”, encaixou duas lentes côncavo-convexas na extremidade de um tubo e assim produziu um microscópio rudimentar.

Na mesma época (1608), também na Holanda, Joanes Lippershey fazendo exatamente o oposto, mas, dentro do mesmo princípio, para ver coisas distantes, congeminando lentes, produziu o primeiro telescópio.

O que decorreu do tratamento “diligente” desses dois engenhosos seres, com os materiais com os quais lidavam, abriu imensas oportunidades de descobertas no campo da ciência, ensejando, quer no mundo do mínimo (células) quer no do máximo (galáxias) inumeráveis descobertas.

Alguns anos depois do engenhoso trabalho dos holandeses, foi a vez do inglês Roberto Hooke (1635 – 1703) provar sua “diligência” encontrando a estrutura celular.

A seguir, em “diligente” trabalho, Neemias Grew (1641 – 1712) ampliava a pesquisa microscópica às células vegetais editando uma importante obra sobre a Anatomia das plantas.

Uma sucessão de atos “diligentes” em torno de tarefas competentes anteriores jamais deixou de existir e nos dias atuais culminam com as conquistas da biologia molecular, na ousada clonagem de seres.

A civilização deve sua evolução a atitudes “diligentes” e são estas as que deveras dignificam o homem, seja qual for a tarefa que execute ou a responsabilidade que lhe seja confiada.

Houvesse diligência responsável e os fenômenos da ENRON, XEROX, WORLD COM, MERCK, AOL etc. não teriam ocorrido, enlutando a classe contábil.

O FATOR PREÇO E A CONCORRÊNCIA PREDATÓRIA

Quem faz o preço é a qualidade do serviço prestado ou oferecido.

Serviços cobrados a preços vis são provas de incompetência e ações aéicas.

O preço tem a ver com a dignidade e esta é um atributo ético.

O respeito a si mesmo, o zelo pela honra, é a “dignidade”.

Quem não se ama pode também deixar de amar a terceiros.

O sentimento que se dedica ao próprio ser, todavia, deve seguir a parâmetros de respeito.

Entre a “dignidade” e o egoísmo, a auto-estima e o narcisismo, existe uma significativa diferença.

Entender que possuímos uma responsabilidade conosco, mas, também para com terceiros, é, então o caminho para habilitar-se à autêntica conduta virtuosa, da honra em sua plenitude.

A vida é uma dádiva que nos impõe deveres.

O que somos, o que os outros necessitam ser, devem ser objetos de nossa constante preocupação.

A “dignidade”, pois, é dependente de uma disposição em ser honrado e fazer-se honrado.

É o exercício de atitudes éticas rigorosas, portanto, aquele que possibilita a conquista de valores que ensinam uma compostura digna.

Atos de “dignidade” são ações amorosas.

Se nossa existência defluiu de doações por estas nos obrigamos por um dever ético de reciprocidade.

Como o amor é uma entrega sem esperança de retorno, a verdadeira benevolência deve apoiar-se em atitudes que não visam a remunerações diretas.

Até diante do indigno devemos exercer a “dignidade”.

Algumas lendas, envolvendo personagens ilustres da história narram fatos que louvam a honradez e uma delas se refere aos episódios da morte de um famoso dirigente romano.

Conta-se que quando o imperador e filósofo Marco Aurélio, estava próximo da morte, por se achar enfermo, tinha já a segura convicção de que seu filho Cômodo (161 - 193 da era cristã) não era um homem digno do trono.

O descendente do soberano não era um homem virtuoso e faltava-lhe qualidade para dirigir o Estado.

O ambiente já não favorecia porque o império entrara em plena decadência cultural, política e econômica, dominado que estava pela corrupção.

O sábio dirigente temia pela sorte de um governo nas mãos de seu descendente, este um homem ocioso, cruel, debochado, indigno, dissoluto e corrupto.

Pressentia a precipitação da derrocada, como deveras ocorreu.

Consta que Marco Aurélio pediu ao chefe supremo de suas legiões que se encontrava em Viena, para que assumisse o trono, tão logo este se vagasse, já que sua filha Ânia Aurélia Lucila não poderia fazê-lo.

Falecendo o imperador, todavia, mesmo com a reconhecida cessão verbal do poder a tal chefe, este, na hora solene da posse, colocou a coroa na cabeça de Cômodo, em um ato de “dignidade”, por entender que este era o legítimo herdeiro do poder.

Seguiu ao que julgou correto, acima mesmo de seu interesse individual.

É da natureza do homem digno produzir a “dignidade”.

Reconheceu que seria usurpação deixar o herdeiro legítimo à margem, embora este fosse um homem vil.

Lenda ou não o fato é um exemplo de honradez.

Não importa que resultados possam decorrer de uma atitude honesta, o importante é que o homem conserve a sua “dignidade”.

Não foram poucos os que em defesa da honra perderam a vida ou foram injustiçados, torturados, perseguidos, caluniados, traídos, mas, dentro deles mesmos conservaram a felicidade de um respeito aos princípios que adotaram.

Em minha vida profissional tenho procurado seguir com rigor os compromissos que assumi com a cultura e o exercício desta.

Não faz muito tempo e o advogado de uma empresa procurou-me para que eu fosse assistente em uma perícia judicial de um cliente seu e que era o autor da causa.

Informou-me tratar-se de um caso muito grande, movido por uma multinacional, capaz de ensejar excelente remuneração, inteirando-me ainda sobre o complexo assunto.

Não tive dúvida em afirmar que tudo faria para bem atender e que poderia resolver o assunto porque realmente, pelo que me fora exposto, havia uma solução tecnicamente favorável.

A meu pedido, como preliminar da tarefa, mandou-me os autos, pedindo que eu orientasse como melhor os quesitos poderiam ser formulados.

Quando li a matéria, imediatamente liguei ao solicitante e para grande surpresa do mesmo disse que não poderia aceitar o trabalho.

Verificando que o réu, na ação, era um ex-cliente meu, pessoa que eu muito considerava e que sempre me dedicara consideração, senti-me impedido.

A questão era ética, de “dignidade”, ou seja, de respeito ao meu próprio sentimento ligado a uma relação humana que sempre fora de amizade.

Pedi-me, então, o advogado que eu indicasse um profissional de minha confiança, e, também a isto, com habilidade, recusei, utilizando-me de uma metáfrase jocosa para forçar a interpretação analógica de um próprio preceito jurídico que consagra que “o acessório segue o principal”.

Naquele episódio deixei de ganhar uma apreciável remuneração, mas, muito pouco tempo depois o mesmo advogado encaminhou-me outros casos, motivado pela confiança que a minha atitude nele despertara.

Todos possuímos necessidades de ganhar na profissão, mas, quando mais não lutamos por tal coisa e continuamos a perseguir sempre maiores ganhos, já não é o essencial que nos move, mas, sim, a ambição, essa que se alimenta geralmente de muitos procedimentos aéticos e que sonega a tranqüilidade ao ser.

Conheço muitos contadores prósperos, ricos, mas, também sei que a maioria deles buscou no trabalho honesto a sua fonte de ganhos, com ingentes esforços.

Atos de “dignidade” tendem não só a exigir sacrifícios, mas, também, amplamente, remuneram através do conceito que constroem e da satisfação interna que nos proporcionam.

Em certas ocasiões, para manter uma postura honrada, não se faz necessário ser intolerante e nem “palmatória do mundo”, mas, se deve, sim, quando o ambiente não permitir a convivência, buscar o afastamento.

Nem sempre possuímos a condição de exigir que terceiros sejam honestos conosco, mas, todos precisamos evitar ser coniventes com os indignos.

Diante de pessoas que não prezam a honra, se não podemos contribuir para que se modifiquem, melhor é que delas nos distancieemos.

Se para fixar um preço o aviltamos ou cobramos excessivamente por ceder outras vantagens indignas que podem provocar muitas perdas ao Estado, à Sociedade, a Terceiros, (como no caso ENRON, XEROX, MERCK etc.) podemos até tirar um proveito material, mas, como seres humanos nos rebaixaremos.

MOTIVAÇÃO COMO FATOR DE CONQUISTA DE MERCADO

Não basta a um profissional ter amor, conhecimento, como fatores de qualidade, mas, também é necessário que “pareça os ter”.

Por mais preciosas que sejam as riquezas elas não encontrarão mercado se não forem expostas.

O contabilista precisa motivar o seu mercado e isto dele exige:

PROVA DE VALOR HUMANO E INTELECTUAL PROJEÇÃO SOCIAL PRESENÇA

Quem se esconde não conquista mercados.

Os serviços não chegam voluntariamente até nós, pois, isto, é algo que só ocorre quando já se provou exaustivamente o valor humano e o intelectual, quando já se adquiriu projeção social e se marcou muita presença.

A forma de provar valor é através de feitos.

Se o profissional estuda muito e escreve artigos ou livros, tende a dar uma prova de conhecimento, se de qualidade for o que produzir.

Se, também, leciona em estabelecimentos de conceito, através desses tende a obter crédito.

Ao fazer palestras onde se encontram empresários, normal será que desses ganhe confiança se for um bom comunicador e se o assunto que levar for convincente.

Quando participa de direção de entidades de classe, ganha o contabilista um crédito social, como, também o conquista através de cargos de projeção.

Não são poucos os produtos que consumimos, que fazem mal à saúde (como o cigarro, determinadas bebidas, por exemplo) mas que são altamente motivados, quer diretamente, quer indiretamente através de filmes, novelas, reportagens etc.

Se, todavia, projetamos o virtuoso, aquilo que beneficia, esta forma de agir é de alto valor ético e só pode engrandecer a quem o faz.

A motivação é imprescindível como fator de sucesso, conquistando espaços no mercado, mas, só é benéfica de veras se sendo útil ao profissional também o é à sociedade.

O CÓDIGO DE ÉTICA DO CONTABILISTA BRASILEIRO

O embrião de um código de ética sempre existiu na mente de nossos colegas, desde que se organizou a comunidade contábil para a regulamentação da profissão no Brasil.

Foi, todavia, o V Congresso de Contabilidade, realizado em Belo Horizonte, em 1950, o que materializou o primeiro projeto do que viria a ser um Código de Ética profissional.

Alguns anos mais tarde o Conselho Federal de Contabilidade assumiu a responsabilidade da elaboração de tão importante matéria e se editou o

CÓDIGO DE ÉTICA PROFISSIONAL DO CONTABILISTA.

Ficaram definidas as responsabilidades de comportamento do profissional perante os colegas, a classe, a sociedade como um todo.

Eivado de sabedoria tal peça de rara valia é importante guia para o sucesso e representa não só uma responsabilidade de cada um, mas, especialmente, a chave do sucesso perante o mercado de trabalho.

No momento em que se põe em relevo a credibilidade dos profissionais da Contabilidade, em face da maquiagem dos balanços nos Estados Unidos, mais que qualquer outro este é um instante de reflexões e de concentração nas verdades contidas em nosso Código de Ética.

EFICÁCIA ÉTICA E MERCADO

Quando conseguimos satisfazer plenamente a nós mesmos e a terceiros, com atitudes que suprem necessidades de diversas naturezas, conseguimos, em matéria ética, a “eficácia”.

Um ser “eficaz” é vitorioso, atingindo, através de seus comportamentos, o êxito seu e também contribuindo para o de outras pessoas.

Basta a preocupação para alcançar tal meta para estabelecer um princípio de sucesso, se mantida a crença de que o escopo é atingível e se tenazmente se procurar realizar o mentalizado.

Em verdade tudo o que é atingível pode ser imaginável e todo o imaginável pode ser atingível.

Pensar em feitos grandiosos nos habilita a consegui-los.

Também pretender o êxito de terceiros é uma forma hábil e competente de viver, competente para dissolver o vício da inveja.

Na hora oportuna socorrer a quem necessita de uma ajuda é praticar um ato “eficaz”.

Não importa apenas a quantidade de benevolência, mas, especialmente, a qualidade dela, na hora oportuna.

A vida de alguns homens ilustres evidencia-nos que não só eles foram “eficazes” no que realizaram, mas, que contaram, também, com o apoio de outros seres que contribuíram com atos de “eficácia”, de diversas naturezas.

Mesmo um pequeno ato pode ter significação enorme e basta como exemplo, para que se possa ter a dimensão da importância de atitudes úteis, nas horas certas, lembrar um fato acontecido na França, no século XIX, com Napoleão Bonaparte, aquele que foi uma das mais importantes celebridades da época.

Temido por uns, idolatrado por outros, apesar de ter sido um ser colérico, autocrata e vaidoso, tinha Bonaparte um autodomínio muito grande, vontade indômita, coragem, competência de comando e grande amor à sua pátria.

Apesar de serem muitas as lendas que se contam sobre os seus atos, um fato aparentemente simples evidenciou-se como algo de rara significação para a imagem daquele grande dirigente.

O referido personagem, talvez da História o mais conhecido, todavia, poderia ter seu destino mudado não fosse a ação “eficaz” de um de seus generais em um dos momentos culminantes da carreira.

Por paradoxal que pareça, Napoleão que tinha servido aos ideais da revolução que fizera cair a monarquia, tão logo apercebeu-se absoluto no poder, sentiu-se como um monarca e promoveu a sua ascensão ao trono.

Fez com que a Igreja, em 1804, realizasse uma cerimônia de consagração de sua entronização e na hora solene em que deveria receber a coroa imperial ele mesmo a tomou das mãos do clérigo e a colocou sobre a sua própria cabeça.

Narra-se que quando Napoleão se coroou, no ato, sentiu-se mal, tendo uma vertigem que poderia ter provocado sua queda ao chão.

Não caiu porque um de seus generais armou um disfarce para a situação, amparou o novel imperador e a realidade que seria desastrosa, se evidenciada, foi ocultada.

Teria sido gravoso, como efeito público, para a imagem do soberano, se ele tivesse evidenciado uma incapacidade física justamente na hora de ser consagrado, mas, um ato “eficaz” evitou tal incidente.

Bonaparte fazia questão de alardear saúde, mas, era um homem doente vitimado por gastralgia e tinha ataques coléricos, tremores e estados convulsivos que se manifestavam em sintomas muito semelhantes aos da epilepsia.

Foi, por isto, “ineficaz” em alguns de seus atos, exatamente por não poder dominar os problemas físicos que lhe abalavam a mente.

Na batalha de Waterloo, quando já a havia vencido, teve um ataque colérico que o impediu de tomar decisões e em razão disto veio, a seguir, a perde-la, ficando nostálgico e prostrado, caindo em um sono profundo de mais de doze horas.

A “ineficácia” ocorrida na referida batalha, entretanto, foi o fim desse grande vulto que viria a falecer no desterro, melancólico, em 1821, consta que envenenado por ação dos inimigos que tanto temiam seu retorno (com o já ocorrera quando fugiu do desterro na ilha de Elba).

Ele que tanto conviveu com as vitórias, em inúmeras batalhas, perdeu-se por algumas poucas (a campanha da Rússia de 1812 e Waterloo em 1815).

O êxito na vida depende, em verdade, de uma sucessão de atos de “eficácia”, de diferentes importâncias, mas, alguns exigem maior aplicação.

É preciso, portanto, que se esteja sempre, em todos os empreendimentos, apto a produzir a utilidade, a benevolência, para que o sucesso possa sorrir.

Descuidos em horas decisivas podem fazer ruir todo um conjunto ou seqüência de resultados positivos.

Uma vigilância permanente deve ser exercida sobre os nossos atos no sentido de que não se comprometam conquistas já realizadas.

A omissão, a vacilação, a descrença, são poderosos inimigos do sucesso porque são fatores que tendem a impedir o sucesso.

A perfeição parece algo inatingível pelo ser humano, mas, a preocupação em admitir que é possível muito aproximar dela, deve ser a meta dos que almejam uma vida vitoriosa.

As diversas necessidades que possuímos, aquelas que criamos mesmo sem que sejam imprescindíveis, requerem esforço para satisfaze-las; a felicidade muito ligada está a esse estado de satisfação.

Se imaginarmos, todavia, ser difícil ou impossível materializar o que pretendemos jamais alcançaremos a “eficácia”.

Não se conquistam mercados de trabalho em base de ineficácia.

Não se alcançam valores sem sacrifícios e crenças.

Em um momento difícil e decisivo de minha vida, em 1963, compareci a um encontro cultural em Barcelona onde sabia que iria encontrar grandes intelectuais da França, Itália, Espanha, Bélgica e de outros países.

Objetivava-se uma padronização internacional de informações contábeis competentes para o levantamento de balanços das nações, adequadas para espelhar os volumes globais de produção, capacidade lucrativa etc.

Como único representante do Brasil para o assunto senti-me no dever de honrar a nossa gente e essa responsabilidade muito me preocupou.

Inquietou-me mais ainda o fato de no ano seguinte ter que defender a minha tese de doutoramento na Universidade do Brasil e o fato de coincidir a mesma com alguns pontos de vista que eu iria defender na Espanha, perante um seleto grupo de professores.

Um insucesso poderia produzir um efeito negativo em cascata.

Eu havia esmerado ao máximo em meu trabalho, mas, nunca me achei “dono de nenhuma verdade” como também nunca admiti que ninguém o fosse.

Humildemente, como é o conveniente em trabalhos que envolvem matéria científica, com pensamento positivo, de forma respeitosa, apresentei meus argumentos com segurança.

Tive que guardar coerência com a matéria que já havia publicado no Brasil em duas obras de minha autoria editadas pela “Atlas”, na Argentina pela “Selección Contable” e na própria Espanha pela editora “Sagitarium”.

Apesar de tudo isto eu fui disposto a flexibilizações diante de oposições que sendo lógicas e justas eu as pudesse encontrar.

Lembro-me que o Presidente do Conselho Científico do Plano Internacional, o professor belga Marcel H. E. R. Mommen, quando terminei minha exposição, ao abrir os debates, mostrou-se eufórico diante das idéias que eu havia levado e não contendo sua emoção afirmou que o Brasil o surpreendia na matéria pela mocidade de quem apresentava tema tão maduro.

O elogio daquele mestre valeu-me o prêmio internacional que ganhei em Roma, no ano seguinte e que foi a primeira conquista desse teor que consegui.

Mais que os elogios, mais que a comenda, todavia, tudo aquilo foi para mim a grande lição do que a “eficácia” pode quando a levamos a sério.

Foi a vitória do amor, da crença positiva, do esforço, da coragem e da perseverança, fatores essenciais para o êxito nos empreendimentos.

Não deixei, em defluência, me vencer pela vaidade, orgulho vão, mas, muito pelo contrário, me senti responsável e agradecido a Deus por poder entender que a força do empenho comprometido com a “eficácia” é o grande caminho das conquistas na vida.